

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93
NIRE 52300010926
COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO
REGISTRO CVM 2139-3

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
PARA A 14ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E 51ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Companhia Celg de Participações - CELGP ("Celgp") é uma sociedade por ações e de capital autorizado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério de Estado da Fazenda - CNPJ/MF, sob o número 08.560.444/0001-93.

A Celgp encontra-se registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, desde o dia 14 de março de 2008, sob o número 2139-3, enquadrada na categoria "A", nos termos do Art. 2º, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, veiculada no Diário Oficial da União, em 09.12.2009.

Os atos constitutivos da Celgp estão arquivados no registro de comércio, especificamente na Junta Comercial do Estado de Goiás - Juceg, sob o Número de Identificação de Registro de Empresas - Nire 52300010926.

O Estatuto Social, de 28 de junho de 2018 ("Estatuto Social"), está registrado na Juceg e, acatado o disposto no Art. 30, Inciso XIII, da Instrução CVM nº 480/2009, foi disponibilizado, nos portais da CVM e da B³ S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B³ S.A.").

As Políticas de Divulgação de Informação e de Negociação de Valores Mobiliários, de 2 de março de 2010 ("Políticas de Divulgação de Negociação"), estão arquivadas na Juceg e inseridas nos portais da CVM e da B³ S.A. (Art. 30, Inciso XI e Inciso XII, Instrução CVM nº 480/2009).

Os valores mobiliários de emissão da Celgp, representados integralmente por ações ordinárias escriturais, administradas pela instituição depositária Banco do Brasil S.A., são negociados no mercado de valores mobiliários, especificamente na B³ S.A.

A Celgp é proprietária da totalidade das ações de emissão da Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT, constituída na modalidade de subsidiária integral, nos termos do Art. 251, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, publicada no Suplemento do Diário Oficial da União, em 17.12.1976.

A 14ª Assembleia Geral Ordinária e 51ª Assembleia Geral Extraordinária, em conjunto denominadas "Assembleias", serão realizadas no dia **30 de abril de 2020**, às **10 horas**, na respectiva sede social.

As Assembleias foram convocadas, mediante aviso societário denominado Edital de Convocação Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("Edital de Convocação"), vinculando as matérias ao âmbito da Assembleia Geral Ordinária e da Assembleia Geral Extraordinária.

Os atos das Assembleias observaram as disposições da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, ressalvados os dispositivos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, com circulação no Diário Oficial União, em 1º.07.2016.

Salienta-se que as normas prolatadas pela Comissão de Valores Mobiliários, representadas pela Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, e pela Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, veiculada no Diário Oficial da União, em 18.12.2009, e retificada em 12.02.2010, também foram atendidas.

Observa-se a cumulatividade de convocação das Assembleias, inclusive a realização no mesmo local, data e hora, e instrumentação em ata única, conforme prerrogativa prevista no Art. 131, Parágrafo único, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Ainda, destaca-se, em complemento ao exposto nos três parágrafos anteriores, que as cláusulas do Estatuto Social, e os dispositivos constantes das Políticas de Divulgação e Negociação encontram-se contempladas na consecução dos procedimentos de realização das Assembleias.

Os Conselheiros de Administração, na 149ª Reunião do Conselho de Administração, de 27 de março de 2020, examinaram as matérias constantes do Edital de Convocação e expressaram concordância com todos os termos e, em seguida, as remeteram para exame nas Assembleias.

Os aspectos principais, procedimentos e demais considerações, inclusive o detalhamento das matérias incluídas na Ordem do Dia, estão discriminados nesta Proposta da Administração para a 14ª Assembleia Geral Ordinária e 51ª Assembleia Geral Extraordinária ("Proposta da Administração").

A administração da Celgpar, objetivando o atendimento aos requisitos exigidos pela Lei nº 6.404/1976, normas emanadas da CVM, Estatuto Social e pelas Políticas de Divulgação e de Negociação, determinou o cumprimento das seguintes formalidades:

- I. divulgação do Edital de Convocação, simultaneamente, por 3 (três) vezes, com prazo mínimo de antecedência de 1 (um) mês, acatado o Inciso II, do § 1º, do Art. 124, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, mediante prevalência do prazo presente no § 1º, do Art. 21-A, da Instrução CVM nº 481, de 17.12.2009, em relação aos eventos citados no Inciso I e Inciso III, do referido § 1º;
- II. veiculação do Edital de Convocação no Diário Oficial do Estado de Goiás ("Diário Oficial") e, simultaneamente, no jornal O Hoje, programada, impreterivelmente, para os dias 30 (trinta) de março de 2020, 31 (trinta e um) de março de 2020 e 1º (primeiro) do mês de abril de 2020;;
- III. transmissão do Edital de Convocação para a CVM e B³ S.A., pelo Empresas.Net, na Categoria "Assembleia", Tipo "AGO/E" e Espécie "Edital de Convocação", em data coincidente com a veiculação do primeiro anúncio do Edital de Convocação;
- IV. remessa do Boletim de Voto a Distância para a CVM e B³ S.A., em cumprimento ao §1º, inciso II, do artigo 21-A da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, pelo sistema Empresas.Net, na Categoria "Assembleia", Tipo "AGO/E", Espécie "Boletim de Voto a Distância", em data coincidente com a veiculação do primeiro anúncio do Edital de Convocação;
- V. disponibilização da Proposta da Administração aos senhores acionistas, também em 30 de março de 2020, coincidente com a publicação do primeiro anúncio de convocação das Assembleias, contendo o detalhamento das matérias;
- VI. remessa da Proposta da Administração para a CVM e B³ S.A., conforme Lei nº 6.404/1976, Art. 124, § 6º, pelo sistema Empresas.Net, na Categoria "Assembleia", Tipo "AGO/E", Espécie "Proposta da Administração", subdividida nos respectivos assuntos;
- VII. os documentos "Destinação do Lucro Líquido", e "Comentários dos Administradores Sobre a Situação Financeira da Companhia", foram objeto de transmissão 1 (um) mês antes da realização das Assembleias, no dia 30 de março de 2020;
- VIII. em 30 de março de 2020, foram remetidas, também, as Demonstrações Financeiras Anuais Completas e as Demonstrações Financeiras Padronizadas, via sistema Empresas.Net; conforme protocolos números 021393IPE311220190104392005-46 e 021393DFP311220190100091957-87 respectivamente;
- IX. os dados introduzidos pelo sistema Empresas.Net, mencionados nesta Proposta da Administração, estão alocados, simultaneamente, no portal da CVM e da B³ S.A., facultado o acesso de qualquer acionista, investidor ou demais interessados;
- X. os documentos mencionados nesta Proposta da Administração encontram-se também inseridos no sítio da Celgpar, em atendimento à determinação da CVM, mediante Art. 13, § 2º, da Instrução CVM nº 480/2009; e
- XI. os acionistas poderão obter cópia da Proposta da Administração na área de supervisão do Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores, localizada na Avenida C, Quadra A-36, Lote 01, nº 60, Bairro Jardim Goiás, CEP 74805-070, Goiânia - Goiás.

Os assuntos de atribuição da Assembleia Geral Ordinária, estabelecidos na redação do Art. 132, da Lei nº 6.404/1976, encontram-se identificados no Item 1 ao Item 2, da Ordem do Dia, do Edital de Convocação.

Concomitantemente, as matérias de competência da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, definidas residualmente no Art. 131, *caput*, da Lei nº 6.404/1976, estão representados no Item 3 ao Item 5.

As matérias constantes na pauta de convocação das Assembleias, objeto de deliberação pelos acionistas, consistem dos seguintes itens e proposições, vinculados aos assuntos constantes na Ordem do Dia, do Edital de Convocação e apresentados na mesma ordem sequencial:

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Item 1, da Ordem do Dia, primeiro da Assembleia Geral Ordinária, é nomeado pelo termo "*Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras Consolidadas e os documentos complementares, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019*".

A 149ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 27 de março de 2020, às 15 horas, avaliou esta matéria, precedida do exame e manifestação no âmbito da 72ª Reunião do Conselho Fiscal.

A 72ª Reunião do Conselho Fiscal, de 26.03.2020, às 9 horas, entregue no sistema Empresas.Net sob Protocolo de Entrega 021393IPE260320200104391711-31, emitiu opinião, mediante Parecer, favorável à aprovação das contas dos administradores e das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

As Demonstrações Financeiras Padronizadas e as Demonstrações Financeiras Anuais Completas também foram disponibilizadas no portal da CVM e da B³ S.A., no dia 30 de março de 2020, conforme já mencionado no Inciso VIII, do décimo sexto parágrafo desta Proposta da Administração.

Assim, as Demonstrações Financeiras Padronizadas e as Demonstrações Financeiras Anuais Completas foram enviadas pelo sistema Empresas.Net, na Categoria "DFP", e na Categoria "Dados Econômico-Financeiros" e Tipo "Demonstrações Financeiras Anuais Completas", respectivamente.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Celgpar, de 31 de dezembro de 2019, ainda não foram objeto de publicação, nos periódicos habitualmente empregados, Diário Oficial e no jornal O Hoje, todavia serão veiculadas até 5 (cinco) dias anteriores à realização da Assembleia Geral Ordinária.

Os documentos discriminados no Art. 133, da Lei nº 6.404/1976, foram colocados à disposição dos acionistas, a partir de 30 de março de 2020, na Avenida C, Quadra A-36, Lote 01, nº 60, Bairro Jardim Goiás, CEP 74805-070, em Goiânia, capital do Estado de Goiás.

A disponibilização desses documentos foi comunicada aos interessados por intermédio do Aviso Aos Acionistas, de 30 de março de 2020, conforme Protocolo de Entrega nº 021393IPE300320200104392005-44, veiculado no Diário Oficial e no jornal O Hoje, no dia 30 de março de 2020.

Os Comentários dos Diretores (Art. 9º, Inciso III, Instrução CVM nº 481, de 17.12.2009), estão acessíveis, pelo sistema Empresas.Net, na Categoria "Assembleia", Tipo "AGO/E", Espécie "Proposta da Administração" e Assunto "Comentários dos Administradores Sobre a Situação Financeira da Companhia".

2. DELIBERAÇÃO SOBRE A DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

Refere-se ao Item 2, das matérias do Edital de Convocação, a disposição constante da expressão "*Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019*".

A distribuição de lucros, relativa ao exercício de 2019, haja vista a existência de lucro líquido, ocorrerá contra os prejuízos acumulados, nos termos do artigo 189 da Lei nº 6.404/1976. Consequentemente, a absorção total do lucro do exercício pelos prejuízos acumulados, torna-se inexequível a distribuição de dividendos.

Embora constada a existência de lucro líquido totalmente absorvido contra os prejuízos acumulados da Celgpar, houve a decisão de envio do arquivo Destinação do Lucro Líquido, objetivando fornecer resposta aos Itens 1, 7, 10 e 17, constando nos demais o termo "Inexistente", concernentes às informações requeridas no Anexo 9-1-II, da Instrução CVM nº 481/2009.

Portanto, as informações indicadas no Anexo 9-1-II, da Instrução CVM nº 481/2009, foram transmitidas via sistema Empresas.Net, na Categoria "Assembleia", Tipo "AGO/E", Espécie "Proposta da Administração" e Assunto "Destinação dos Resultados", no dia 30 de março de 2020.

As Demonstrações Financeiras Padronizadas, Demonstrações Financeiras Anuais Completas, ata do Conselho Fiscal contendo o respectivo Parecer, Destinação do Lucro Líquido e Comentários dos Diretores, foram transmitidos, permanecendo acessíveis, desde o dia 30 de março de 2020.

A Proposta de Destinação do Lucro Líquido e os Comentários dos Diretores sobre a Situação Financeira encontram-se nesta Proposta da Administração, segundo Art. 9º, § 1º, Inciso II, e Art. 9º, Inciso III, da Instrução CVM nº 481/2009, na página **21** até página **25**, e página **27** até página **50**, respectivamente.

3. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A terceira matéria, da Ordem do Dia, constante do Edital de Convocação, primeira da Assembleia Geral Extraordinária, contempla exatamente a expressão "*Fixar a remuneração dos Diretores, Conselheiros de Administração, Conselheiros Fiscais e membros do Comitê de Auditoria Estatutário*".

Essa matéria refere-se à estipulação das importâncias a serem pagas aos componentes da Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, e Comitê de Auditoria Estatutário, objetivando o atendimento ao disposto no Art. 12, Inciso I e Inciso II, da Instrução CVM nº 481/2009.

A remuneração dos Conselheiros de Administração, Conselheiros Fiscais, e membros do Comitê de Auditoria Estatutário, bem como os honorários e as gratificações dos membros componentes da Diretoria são fixados com fundamento no disposto no Art. 33, do Estatuto Social.

Os dados previstos no Art. 12, Inciso I e Inciso II, da Instrução CVM nº 481/2009, estão acessíveis na CVM e B³ S.A., inserto pelo sistema Empresas.Net, na Categoria "Assembleia", Tipo "AGO/E", Espécie "Proposta da Administração" e Assunto "Remuneração dos Administradores".

Os aludidos dados, conforme discriminados no parágrafo anterior, são transmitidos nesta data, objeto de publicação do primeiro anúncio do Edital de Convocação, em acatamento ao disposto no Art. 6º, Parágrafo único, da Instrução CVM nº 481/2009.

Os dados dispostos no Art. 12, Inciso II, da Instrução CVM nº 481/2009, constituem-se parte integrante desta Proposta da Administração (página **8** até página **19**).

A Proposta da Administração, em cumprimento à Instrução CVM nº 481/2009 (Art. 12, Inciso I), alvo de decisão pelas Assembleias, referente à fixação da remuneração aos membros da Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, e Comitê de Auditoria Estatutário apresenta-se com a seguinte configuração:

a. DIRETORIA

Remuneração mensal, correspondente ao valor de R\$ 23.921,82 (vinte e três mil, novecentos e vinte e um reais e oitenta e dois centavos), sem prejuízo das vantagens financeiras inerentes ao empregado da Celgpar, elevado à condição de Diretor, mais uma gratificação de função no valor de R\$ 4.570,00 (quatro mil, quinhentos e setenta reais), além de uma gratificação de gestão correspondente a 50% (cinquenta por cento) da soma das duas primeiras parcelas; repassados à remuneração mensal os mesmos reajustes que, eventualmente, forem concedidos aos empregados, bem como o mesmo índice de correção aplicado à gratificação de função; com pagamento de uma 13ª (décima terceira) remuneração; além do período de descanso anual remunerado, equivalente a 30 (trinta) dias após cada período de 12 (doze) meses do exercício do mandato de Diretor, devendo esse período ser convertido em pecúnia, caso não seja possível o afastamento do Diretor; e, ainda, foi autorizado o recolhimento das contribuições patronais referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, Instituto Nacional do Seguro Social -

INSS, Eletra - Fundação de Seguros e Previdência (nova denominação social da Eletra – Fundação Celg de Seguros e Previdência) e Vivacom Planos de Saúde (nova denominação social da Caixa de Assistência à Saúde dos Empregados da Celg – Celgmed); além de outros benefícios concedidos na forma do Estatuto Social; sempre em observância aos preceitos legais que vedam a cumulatividade sobre o recebimento de remuneração dessa natureza.

b. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A fixação da remuneração dos Conselheiros de Administração fundamenta-se no Art. 33, II, do Estatuto Social, correspondendo a 10% (dez por cento) sobre a média da remuneração atribuída aos Diretores da Celgpar; observando-se, ainda, o pagamento da 13ª (décima terceira) remuneração; sempre em observância aos preceitos legais que vedam a cumulatividade sobre o recebimento de remuneração dessa natureza; sendo também as despesas de viagem e estada, a serviço do Conselho de Administração, reembolsadas mediante comprovação (Art. 33, VI, Estatuto Social).

c. CONSELHO FISCAL

A proposta de remuneração corresponde, atendida a previsão constante no Art. 33, III, do Estatuto Social, a 10% (dez por cento) sobre a média da remuneração atribuída aos Diretores da Celgpar, inclusive com o pagamento da 13ª (décima terceira) remuneração; sempre em observância aos preceitos legais que vedam a cumulatividade sobre o recebimento de remuneração dessa natureza; além do reembolso das despesas que tiverem a serviço do Conselho Fiscal, mediante a apresentação de comprovantes das despesas realizadas (Art. 162, § 3º, Lei nº 6.404/1976; e Art. 33, VI, Estatuto Social).

d. COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

A proposta de remuneração corresponde, atendida a previsão constante no Art. 33, IV, do Estatuto Social, a 10% (dez por cento) sobre a média da remuneração atribuída aos Diretores da Celgpar, idêntica e não menor à remuneração dos membros do Conselho Fiscal, inclusive com o pagamento da 13ª (décima terceira) remuneração; sempre em observância aos preceitos legais que vedam a cumulatividade sobre o recebimento de remuneração dessa natureza; além do reembolso das despesas que tiverem a serviço do Comitê de Auditoria Estatutário, mediante a apresentação de comprovantes das despesas realizadas (Art. 33, VI, Estatuto Social).

4. EXECUÇÃO DE MEDIDAS PELA DIRETORIA

O Item 4, da Ordem do Dia, do Edital de Convocação, segundo da Assembleia Geral Extraordinária, pode ser identificado pela expressão "*Incumbir à Diretoria da Celgpar a implementação de todas as medidas deliberadas*".

Seguramente, os representantes legais da Celgpar necessitam tomar medidas em decorrência das matérias aprovadas, objetivando a complementação dos atos e, conseqüentemente, promover a produção de eficácia.

Os acionistas, reunidos nas Assembleias, deliberarão sobre a atribuição e autorização à Diretoria da Celgpar, objetivando praticar todos os atos necessários e imprescindíveis para a implementação desses eventos.

5. DIVULGAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES

Finalmente, a última matéria, Item 5, da Ordem do Dia, do Edital de Convocação, terceira da Assembleia Geral Extraordinária, é representada literalmente pela proposição "*Autorizar a execução de atos relativos à publicação da ata das Assembleias e das respectivas deliberações*".

Enfatiza-se a faculdade de publicação com a omissão das respectivas assinaturas e, também, na forma de extrato da ata das Assembleias (Art. 130, § 2º e § 3º, Lei nº 6.404/1976); e, ainda, está sendo recomendada a adoção das seguintes medidas:

- a) arquivamento e registro da ata das Assembleias na Juceg, acompanhada de via do Parecer do Conselho Fiscal e da Proposta da Administração; e publicações do Aviso aos Acionistas, do Edital de Convocação e das Demonstrações Financeiras Consolidadas, de 31 de dezembro de 2019;
- b) transmissão da ata das Assembleias, acompanhada, em um único arquivo, se for o caso, do respectivo extrato de ata, para a CVM e B³ S.A., pelo sistema Empresas.Net, na Categoria "Assembleia", Tipo "AGO/E" e Espécie "Ata";
- c) inserção da ata das Assembleias, acompanhada, em um único arquivo, se for o caso, do respectivo extrato, no portal da Celgpar;
- d) publicação integral da ata das Assembleias, no Diário Oficial (Art. 289, *caput*, primeira parte, e § 3º); e
- e) publicação integral da ata das Assembleias, ou do respectivo extrato, no jornal editado na localidade da sede da Celgpar (Art. 289, *caput*, segunda parte, e § 3º).

Goiânia, **30 de março de 2020.**

José Fernando Navarrete Pena
Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Anexos: os dados indicados pelo Art. 12, Inciso II (página **08** até página **19**), detalhamento segundo Art. 9º, § 1º, Inciso II (página **21** até página **25**), e os comentários determinados pelo Art. 9º, Inciso III (página **27** até página **50**), da Instrução CVM nº 481, de 17.12.2009, são partes integrantes desta Proposta da Administração.

Item 13 do Formulário de Referência
(Art. 12, Inciso II, Instrução CVM nº 481/2009)

- página **8** até página **19**

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos¹:

COMENTÁRIOS

A remuneração destinada aos componentes da Diretoria, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho Fiscal é fixa, inexistindo parcela variável.

- a. objetivos da política ou prática de remuneração

COMENTÁRIOS

Remuneração idêntica aos membros da Diretoria.

Remuneração igual aos componentes do Conselho de Administração.

Remuneração uniforme aos membros do Conselho Fiscal.

Remuneração uniforme aos membros do Comitê de Auditoria Estatutário

- b. composição da remuneração, indicando:

- i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

COMENTÁRIOS

A remuneração anual dos membros da Diretoria corresponde ao valor total de R\$ 1.677.000,00.

A remuneração dos Conselheiros de Administração é equivalente a 10% (dez por cento) sobre a média da remuneração atribuída aos Diretores.

A importância atribuída aos Conselheiros Fiscais e integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário é similar à remuneração destinada aos Conselheiros de Administração, sendo de 10% (dez por cento) sobre a média da remuneração atribuída aos Diretores.

- ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

COMENTÁRIOS

Os membros da Diretoria recebem uma remuneração dividida em salário-base, gratificação de função, mais uma gratificação de gestão, representando, respectivamente, 56,99%, 9,67% e 33,33% da remuneração total.

A remuneração dos Conselheiros de Administração, integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário e dos Conselheiros Fiscais é representada por um único elemento, correspondente a 10% (dez por cento) sobre média da remuneração atribuída aos Diretores.

- iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

COMENTÁRIOS

A remuneração mensal terá os mesmos reajustes que, eventualmente, forem concedidos aos empregados, e à gratificação de função será atribuída o mesmo índice de correção aplicado à demais gratificações de função.

- iv. razões que justificam a composição da remuneração

COMENTÁRIOS

Pagamento não diferenciado aos membros da Diretoria, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho Fiscal.

- c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

COMENTÁRIOS

INEXISTENTE

- d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

¹ As informações sobre a política de remuneração devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

COMENTÁRIOS

INEXISTENTE

- e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

COMENTÁRIOS

INEXISTENTE

- f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

COMENTÁRIOS

Sim. Dos três membros da diretoria, dois destes foram remunerados pela controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

- g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

COMENTÁRIOS

INEXISTENTE

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal²:

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2019	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	TOTAL
Número de membros	9	3	5	3	20
Remuneração fixa anual (R\$)					
Salário ou pró-labore	468.000,00	1.677.000,00	260.000,00	156.000,00	2.561.000,00
Benefícios diretos e indiretos	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração por participação em comitês	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Outros	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração variável (R\$)					
Bônus	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Participação nos resultados	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração por participação em reuniões	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Comissões	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Outros	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Benefícios pós-emprego (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração baseada em ações (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Valor da remuneração por órgão (R\$)	468.000,00	1.677.000,00	260.000,00	156.000,00	2.561.000,00

² Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também fazem parte daquele órgão.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
Número de membros	9	3	5	3
Remuneração fixa anual (R\$)				
Salário ou pró-labore	468.000,00	1.560.000,00	260.000,00	60.000,00
Benefícios diretos e indiretos	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração por participação em comitês	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Outros	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração variável (R\$)				
Bônus	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Participação nos resultados	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração por participação em reuniões	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Comissões	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Outros	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Benefícios pós-emprego (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração baseada em ações (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Valor da remuneração por órgão (R\$)	468.000,00	1.560.000,00	260.000,00	60.000,00

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de membros	9	3	5	16
Remuneração fixa anual (R\$)				
Salário ou pró-labore	467.329,59	1.557.764,52	259.627,55	2.284.721,66
Benefícios diretos e indiretos	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração por participação em comitês	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Outros	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração variável (R\$)				
Bônus	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Participação nos resultados	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração por participação em reuniões	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Comissões	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Outros	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Benefícios pós-emprego (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração baseada em ações (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Valor da remuneração por órgão (R\$)	467.329,59	1.557.764,52	259.627,55	2.284.721,66

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de membros	9	3	5	16
Remuneração fixa anual (R\$)				
Salário ou pró-labore	465.138,65	1.479.727,45	224.825,82	2.169.691,92
Benefícios diretos e indiretos	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração por participação em comitês	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Outros	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração variável (R\$)				
Bônus	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Participação nos resultados	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração por participação em reuniões	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Comissões	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Outros	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Benefícios pós-emprego (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração baseada em ações (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Valor da remuneração por órgão (R\$)	465.138,65	1.479.727,45	224.825,82	2.169.691,92

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de membros	9	3	5	16
Remuneração fixa anual (R\$)				
Salário ou pró-labore	373.177,23	1.243.924,11	207.320,69	1.824.422,03
Benefícios diretos e indiretos	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração por participação em comitês	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Outros	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração variável (R\$)				
Bônus	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Participação nos resultados	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração por participação em reuniões	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Comissões	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Outros	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Benefícios pós-emprego (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração baseada em ações (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Valor da remuneração por órgão (R\$)	373.177,23	1.243.924,11	207.320,69	1.824.422,03

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária, do comitê de auditoria estatutário e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo³:

COMENTÁRIOS

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL INEXISTENTE PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DIRETORIA, COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO E CONSELHO FISCAL

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

COMENTÁRIOS

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES INEXISTENTE PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária, do comitê de auditoria estatutário ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social⁴

Administradores ou Conselheiros Fiscais	Número de ações ordinárias detidas na CELGP
Conselheiros de Administração	0
Integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário	0
Diretores	0
Conselheiros Fiscais	0

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo⁵:

COMENTÁRIOS

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES INEXISTENTE PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo⁶:

COMENTÁRIOS

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES INEXISTENTE PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

³ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

⁴ Para evitar a duplicidade, quando uma mesma pessoa for membro do conselho de administração e da diretoria, os valores mobiliários por ela detidos devem ser divulgados exclusivamente no montante de valores mobiliários detidos pelos membros do conselho de administração.

⁵ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

⁶ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

COMENTÁRIOS

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES INEXISTENTE PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

COMENTÁRIOS

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES INEXISTENTE PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

COMENTÁRIOS

INEXISTENTE

13.11. 13.12. Indicação, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, ao comitê de auditoria estatutário, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal⁷:

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2019	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de membros	9	3	3	2	17
Maior remuneração individual (R\$)	4.273,77	42.737,73	4.273,77	4.273,77	55.559,04
Menor remuneração individual (R\$)	4.273,77	42.737,73	4.273,77	4.273,77	55.559,04
Remuneração Média individual (R\$)	4.273,77	42.737,73	4.273,77	4.273,77	55.559,04

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de membros	9	3	3	5	20
Maior remuneração individual (R\$)	4.104,86	41.048,57	4.104,86	4.104,86	53.363,15
Menor remuneração individual (R\$)	4.104,86	41.048,57	4.104,86	4.104,86	53.363,15
Remuneração Média individual (R\$)	4.104,86	41.048,57	4.104,86	4.104,86	53.363,15

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de membros	9	3	5	16
Maior remuneração individual (R\$)	3.994,27	39.942,68	3.994,27	47.931,22
Menor remuneração individual (R\$)	3.994,27	39.942,68	3.994,27	47.931,22
Remuneração Média individual (R\$)	3.994,27	39.942,68	3.994,27	47.931,22

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de membros	9	3	5	16
Maior remuneração individual (R\$)	3.795,62	37.956,14	3.795,62	45.547,38
Menor remuneração individual (R\$)	3.795,62	37.956,14	3.795,62	45.547,38
Remuneração Média individual (R\$)	3.795,62	37.956,14	3.795,62	45.547,38

⁷ Para averiguação dos valores a serem inseridos neste item, utilizar os critérios estabelecidos no item 13.2.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de membros	9	3	5	16
Maior remuneração individual (R\$)	3.455,48	34.554,75	3.455,48	41.465,71
Menor remuneração individual (R\$)	3.455,48	34.554,75	3.455,48	41.465,71
Remuneração Média individual (R\$)	3.455,48	34.554,75	3.455,48	41.465,71

13.13. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

COMENTÁRIOS

INEXISTENTE

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

COMENTÁRIOS

INEXISTENTE

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

COMENTÁRIOS

INEXISTENTE

13.16. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

COMENTÁRIOS

INEXISTENTE

13.17. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

COMENTÁRIOS

INEXISTENTE

ANEXO 9-1-II da Instrução CVM nº 481/2009
(Art. 9º, Parágrafo Único, Inciso II, Instrução CVM nº 481/2009)

- página **21** até página **25**

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO
DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31.12.2019

1. Informar o lucro líquido do exercício
R\$71.922.400,69 (setenta e um milhões, novecentos e vinte e dois mil, quatrocentos reais e sessenta e nove centavos)
2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados
Inexistente.
3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído
Inexistente.
4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores
Inexistente.
5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:
 - a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe
Inexistente.
 - b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio
Inexistente.
 - c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio
Inexistente.
 - d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento
Inexistente.
6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores
 - a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados
Inexistente.
 - b. Informar a data dos respectivos pagamentos
Inexistente.
7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:
 - a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

O lucro líquido apurado do exercício de 2019 totalizou R\$71.922.400,69 (setenta e um milhões, novecentos e vinte e dois mil, quatrocentos reais e sessenta e nove centavos). Foi apurado lucro líquido no montante de R\$62.506.063,42 (sessenta e dois milhões, quinhentos e seis mil, sessenta e três reais e quarenta e dois centavos) no exercício de 2018, e de R\$124.768.658,30 (cento e vinte e quatro milhões, setecentos e sessenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e trinta centavos) no exercício de 2017.

- b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores
Inexistente.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

- a. Identificar o montante destinado à reserva legal
Inexistente.
- b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal
Inexistente.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
Inexistente.
- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
Inexistente.
- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
Inexistente.
- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
Inexistente.
- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe
Inexistente.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto
Apurado o lucro líquido do exercício, dele far-se-á o destaque de 5% (cinco por cento) para a constituição ou aumento da reserva legal de que trata o Art. 193, da Lei nº 6.404/1976, até que seu montante atinja 20% (vinte por cento) do capital social

(Art. 85, caput, Estatuto Social vigente). O lucro remanescente será assim distribuído: 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício será destinado para pagamento de dividendos aos acionistas (Art. 87, inciso I, Estatuto Social vigente); e o saldo remanescente terá o destino que a Assembleia Geral determinar, consubstanciado em proposta da Diretoria, consultados o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal (Art. 87, inciso II, Estatuto Social vigente). Os dividendos atribuídos às ações serão colocados à disposição dos acionistas dentro de 60 (sessenta) dias, contados da realização da Assembleia Geral responsável pela declaração dos dividendos (Art. 87, § 1º, Estatuto Social vigente). Quando a situação financeira não permitir o pagamento dos dividendos nos prazos previstos no parágrafo primeiro, Art. 87, Estatuto Social vigente, a Diretoria fixará novos prazos, comunicando-os aos interessados, depois de consultado o Conselho de Administração (Art. 87, § 2º, Estatuto Social vigente). Os dividendos previstos no Art. 87, do Estatuto Social vigente, não serão obrigatórios no exercício social em que a Diretoria, dando prévio conhecimento ao Conselho de Administração, informar à Assembleia Geral ser o desembolso incompatível com a situação financeira da Sociedade, caso em que o Conselho Fiscal emitirá parecer sobre a informação (Art. 87, § 3º, Estatuto Social vigente). Os dividendos que deixarem de ser distribuídos nos termos do parágrafo terceiro, Art. 87, do Estatuto Social vigente, serão registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos assim que a situação financeira da Sociedade permitir (Art. 87, § 4º, Estatuto Social vigente). Reverterão à Sociedade os dividendos distribuídos e não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados do dia fixado para o pagamento (Art. 87, § 5º, Estatuto Social vigente).

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente
Inexistente.
- c. Informar o montante eventualmente retido
Inexistente.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

- a. Informar o montante da retenção
Inexistente.
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos
Inexistente.
- c. Justificar a retenção dos dividendos
Inexistente.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva
Inexistente.
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
Inexistente.
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável
Inexistente.
- d. Justificar a constituição da reserva
Inexistente.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
Inexistente.
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva
Inexistente.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
Inexistente.
- b. Identificar o montante destinado à reserva
Inexistente.
- c. Descrever como o montante foi calculado
Inexistente.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção
Inexistente.
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital
Inexistente.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado à reserva
Inexistente.
- b. Explicar a natureza da destinação
Inexistente.

17. Havendo destinação de resultado para a absorção de prejuízos acumulados, nos termos do

artigo 189 da Lei nº 6.404/1976

- a. Informar o montante destinado à absorção de prejuízos acumulados
18. R\$71.922.400,69 (setenta e um milhões, novecentos e vinte e dois mil, quatrocentos reais e sessenta e nove centavos), referente à totalidade do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31.12.2019

Item 10 do Formulário de Referência
(Art. 9º, Inciso III, Instrução CVM nº 481/2009)

- página **27** até página **50**

ANEXO 24

Conteúdo do Formulário de Referência

10. Comentários dos diretores	
10.1. Comentários dos diretores sobre:	
a. condições financeiras e patrimoniais gerais	
<p><u>EXERCÍCIO SOCIAL DE 2019</u></p> <p>Destaca-se, como fato importante neste exercício social, a manutenção da situação de equilíbrio econômico-financeiro da concessão vinculada à Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, onde observou-se o reflexo de sua condição financeira e patrimonial no consolidado da Celgpar, onde a mesma obteve um lucro líquido do exercício da ordem de R\$ 71.922 mil, tendo apresentado resultado operacional e financeiro positivos ao final do exercício social. Esta situação se fundamenta no processo de recomposição de sua Receita Anual Permitida com base em investimentos corporativos, vinculado à sua curva ascendente de investimentos ocorrida em 2019.</p>	
<p><u>EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018</u></p> <p>Destaca-se, como fato importante neste exercício social, a manutenção da situação de equilíbrio econômico-financeiro da concessão vinculada à Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, onde observou-se o reflexo de sua condição financeira e patrimonial no consolidado da Celgpar, onde a mesma obteve um lucro líquido do exercício da ordem de R\$ 62.506 mil, tendo apresentado resultado operacional e financeiro positivos ao final do exercício social. Esta situação se fundamenta no processo de recomposição de sua Receita Anual Permitida com base em investimentos corporativos, vinculado à sua curva ascendente de investimentos ocorrida em 2018.</p>	
<p><u>EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017</u></p> <p>Destaca-se, como fato relevante neste exercício social, a liquidação financeira do leilão da totalidade das ações de propriedade da Companhia Celg de Participações - Celgpar (“Celgpar”) na Celg Distribuição S.A. – Celg D (“Celg D”), ocorrida em 14 de fevereiro de 2017 e, por sua vez, a utilização da maior parte destes recursos para a quitação de assunção de dívida assumida pelo Estado de Goiás, acionista controlador da Celgpar, junto à Caixa Econômica Federal, destacando-se o valor dos tributos sobre o lucro decorrente da referida operação de alienação, com impacto significativo no exercício de 2016 e reflexos no fluxo de caixa do exercício de 2017.</p> <p>Em relação à Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, observou-se o reflexo de sua condição financeira e patrimonial no consolidado da Celgpar, onde a mesma obteve um lucro líquido do exercício da ordem de R\$ 88.209 mil, tendo apresentado resultado operacional e financeiro positivos ao final do exercício social. Esta situação se fundamenta no processo de recomposição de sua Receita Anual Permitida com base em investimentos corporativos, vinculado à sua curva ascendente de investimentos ocorrida em 2017.</p>	

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2019

No exercício de 2019, o componente não circulante de peso em relação ao endividamento da Celgpar se referem aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital já promovidos pelo Estado de Goiás, que totalizaram R\$ 1.252.877 mil, e ao montante da assunção de dívida feita pelo Estado de Goiás junto à Caixa Econômica Federal, referente a operação de empréstimo do ano de 2014, que totalizou R\$ 1.533.588 mil. Não obstante, conforme divulgado pela Administração por meio de Evento Subsequente em duas Demonstrações Financeiras, o Estado de Goiás promoveu a capitalização destes créditos em processo de aumento do capital social, que culminará com a realização de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas com a finalidade de homologação das ações subscritas pelo acionista controlador.

Total dos capitais de terceiros consolidado: R\$3.090.812 mil

Total dos capitais próprios consolidado: -R\$1.659.958 mil (passivo a descoberto)

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018

No exercício de 2018, o componente não circulante de peso em relação ao endividamento da Celgpar se referem aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital já promovidos pelo Estado de Goiás, que totalizaram R\$ 1.252.877 mil, e ao montante da assunção de dívida feita pelo Estado de Goiás junto à Caixa Econômica Federal, referente a operação de empréstimo do ano de 2014, que totalizou R\$ 1.533.588 mil. Observa-se a redução dos componentes do Passivo Não Circulante em função da utilização dos recursos decorrentes da liquidação financeira do leilão citado no item 10.1.a (exercício de 2017).

Total dos capitais de terceiros consolidado: R\$3.050.563 mil

Total dos capitais próprios consolidado: -R\$1.726.494 mil (passivo a descoberto)

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017

No exercício de 2017, o componente circulante de peso em relação ao endividamento da Celgpar se refere à provisão para pagamento do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido de 2017, no total de R\$ 1.687 mil. Os componentes não circulantes de peso em relação ao endividamento da Celgpar se referem aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital já promovidos pelo Estado de Goiás, que totalizaram R\$ 1.252.877 mil, e ao montante da assunção de dívida feita pelo Estado de Goiás junto à Caixa Econômica Federal, referente a operação de empréstimo do ano de 2014, que totalizou R\$ 1.533.588 mil. Observa-se a redução dos componentes do Passivo Não Circulante em função da utilização dos recursos decorrentes da liquidação financeira do leilão citado no item 10.1.a.

Total dos capitais de terceiros consolidado: R\$2.967.741 mil

Total dos capitais próprios consolidado: -R\$1.777.582 mil (passivo a descoberto - reapresentado)

RESUMO DOS CAPITAIS DE TERCEIROS E PRÓPRIOS NO CONSOLIDADO:

DESCRIÇÃO	2017 - R\$MIL – REAPRESENTADO	2018 - R\$MIL REAPRESENTADO	2019 - R\$MIL
Capitais de Terceiros	2.967.741	3.050.563	3.090.812
Capitais Próprios	-1.777.582	1.726.494	1.659.958

hipóteses de resgate

Não aplicável aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2019, 31.12.2018, e 31.12.2017.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos
EXERCÍCIO SOCIAL DE 2019

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de empréstimos e financiamentos Consolidado da Companhia totalizava R\$ 110.880 mil, sendo R\$ 10.780 mil referente a obrigações de curto prazo e R\$ 100.100 mil referente a obrigações de longo prazo. Tal montante foi 50,89% superior ao respectivo saldo em 31 de dezembro de 2018, em função da captação de recursos de terceiros efetuada pela Controlada Celg GT.

A Dívida Líquida (excluindo-se as obrigações estimadas, provisões e adiantamentos para futuro aumentam de capital), em dezembro de 2019, totalizou R\$ 1.823.040 mil e o EBTIDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações – correspondente à geração operacional de caixa) atingiu o valor consolidado positivo de R\$ 70.626 mil, o que resultou em uma relação Dívida Líquida/EBTIDA de aproximadamente 25,81 vezes (em valores absolutos), posição mais confortável, quando comparada ao exercício de 2018, em relação à capacidade de pagamento, porém com valores absolutos da Dívida Líquida que cresceram em relação ao ano de 2018.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de empréstimos e financiamentos Consolidado da Companhia totalizava R\$ 73.483 mil, sendo R\$ 3.429 mil referente a obrigações de curto prazo e R\$ 70.054 mil referente a obrigações de longo prazo. Tal montante foi 1.358% superior ao respectivo saldo em 31 de dezembro de 2017, em função da captação de recursos de terceiros efetuada pela Controlada Celg GT.

A Dívida Líquida (excluindo-se as obrigações estimadas, provisões e adiantamentos para futuro aumentam de capital), em dezembro de 2018, totalizou R\$ 1.782.861 mil e o EBTIDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações – correspondente à geração operacional de caixa) atingiu o valor consolidado positivo de R\$ 61.664 mil, o que resultou em uma relação Dívida Líquida/EBTIDA de aproximadamente 28,91 vezes (em valores absolutos), posição menos confortável, quando comparada ao exercício de 2017, em relação à capacidade de pagamento, porém com valores absolutos da Dívida Líquida que decresceram em relação ao ano de 2017.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de empréstimos e financiamentos Consolidado da Companhia totalizava R\$ 5.040 mil, sendo R\$ 2.915 mil referente a obrigações de curto prazo e R\$ 2.125 mil referente a obrigações de longo prazo. Tal montante foi 39,56% inferior ao respectivo saldo em 31 de dezembro de 2016.

A Dívida Líquida (excluindo-se as obrigações estimadas, provisões e adiantamentos para futuro aumentam de capital), em dezembro de 2017, totalizou R\$ 1.702.539 mil e o EBTIDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações – correspondente à geração operacional de caixa) atingiu o valor consolidado positivo de R\$ 92.168 mil, o que resultou em uma relação Dívida Líquida/EBTIDA de aproximadamente 18,47 vezes (em valores absolutos), posição menos confortável, quando comparada ao exercício de 2016, em relação à capacidade de pagamento, porém com valores absolutos da Dívida Líquida que decresceram em relação ao ano de 2016.

<p>d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas; e <u>EXERCÍCIOS SOCIAIS DE 2019, 2018 E 2017</u></p> <p>As principais fontes de financiamento para capital de giro, refletidos nos números consolidados do exercício de 2019, concentraram-se em gerações de caixa das atividades operacionais, mediante o recebimento de Clientes da Controlada Celg GT, bem como do resultado financeiro positivo que culminou na possibilidade de injeção de recursos por meio de AFAC na Celg GT, e das atividades de investimento, especificamente às tocantes ao incremento de caixa decorrente do fluxo de dividendos das participações societárias da Celg GT.</p>	
<p>e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez <u>EXERCÍCIO SOCIAL DE 2019, 2018 E 2017</u></p> <p>A Companhia captará recursos por meio de contratos financeiros com instituições de grande e médio porte, quando necessário, os quais serão empregados no financiamento das necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção das disponibilidades de caixa em nível que acredita apropriado para o desempenho de suas atividades. Do ponto de vista operacional a Companhia buscará estratégias para cobertura de deficiências de liquidez mediante o fluxo futuro de dividendos de sua Controlada Celg GT (“Celg GT”), bem como através da operacionalização do recebimento de mútuo com a Celg GT e Celg D, cujos recebimentos iniciaram-se em 2016, e vem ocorrendo normalmente em 2017, 2018 e 2019, respectivamente.</p>	
<p>f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo: i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; iii) grau de subordinação entre as dívidas; iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.</p>	
<p><u>EXERCÍCIO SOCIAL DE 2019</u></p>	

	CONSOLIDADO			
	31/12/2019	AV%	AH%	31/12/2018
<u>PASSIVO</u>				
CIRCULANTE				
Fornecedores	5.953	0,19%	65,73%	3.592
Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.656	0,05%	5,61%	1.568
Tributos e Contribuições Sociais	20.967	0,68%	-32,63%	31.120
Empréstimos e Financiamentos	10.780	0,35%	214,38%	3.429
Obrigações Estimadas	4.462	0,14%	13,80%	3.921
Encargos Setoriais	4.158	0,13%	31,92%	3.152
Outros Credores	2.095	0,07%	-43,30%	3.695
	50.071	1,62%	-0,80%	50.477
NÃO CIRCULANTE				
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	1.252.877	40,54%	0,00%	1.252.877
Empréstimos e Financiamentos (a)	100.100	3,24%	42,89%	70.054
Encargos Setoriais	4.497	0,15%	23,61%	3.638
Transações com Partes Relacionadas	1.533.588	49,62%	0,00%	1.533.588
Provisões com Benefícios Pós-Emprego	6.105	0,20%	734,02%	732
Provisões para Contingências	4.328	0,14%	-57,45%	10.172
Outros Credores	139.246	4,51%	7,92%	129.025
	3.040.741	98,38%	1,36%	3.000.086
	3.090.812	100,00%	1,32%	3.050.563

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018

A tabela a seguir demonstra a evolução do endividamento consolidado nas respectivas datas:

	<u>PASSIVO</u>	<u>CONSOLIDADO</u>			
		<u>31/12/2018</u>	<u>AV%</u>	<u>AH%</u>	<u>31/12/2017</u>
CIRCULANTE					
Fornecedores		3.592	0,12%	-48,77%	7.012
Obrigações Sociais e Trabalhistas		1.568	0,05%	4,26%	1.504
Tributos e Contribuições Sociais		31.120	1,02%	267,81%	8.461
Empréstimos e Financiamentos		3.429	0,11%	17,63%	2.915
Obrigações Estimadas		3.921	0,13%	14,88%	3.413
Encargos Setoriais		3.152	0,10%	25,48%	2.512
Outros Credores		3.695	0,12%	833,08%	396
		50.477	1,65%	92,56%	26.213
NÃO CIRCULANTE					
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital		1.252.877	41,07%	0,00%	1.252.877
Empréstimos e Financiamentos (a)		70.054	2,30%	3196,66%	2.125
Encargos Setoriais		3.638	0,12%	27,60%	2.851
Transações com Partes Relacionadas		1.533.588	50,27%	0,00%	1.533.588
Provisões com Benefícios Pós-Emprego		732	0,02%	-30,62%	1.055
Provisões para Contingências		10.172	0,33%	29,46%	7.857
Outros Credores		129.025	4,23%	-8,61%	141.175
		3.000.086	98,35%	1,99%	2.941.528
		3.050.563	100,00%	2,79%	2.967.741

Com relação às obrigações circulantes, a maior concentração se refere à Provisão para pagamento de tributos e contribuições sociais, no montante de R\$31.120 mil.

Com relação às obrigações não circulantes, observa-se que a maior concentração se refere ao montante da assunção de dívida efetuada pelo Estado, em relação à operação pregressa com a Caixa Econômica Federal, no total de R\$1.533.588 mil; e aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, efetuados pelo Estado de Goiás, totalizando R\$ 1.252.877.416 mil, correspondentes aos seguintes itens:

- a) R\$16.585 mil em datas distintas desde 30.06.2009, que objetivaram ofertar a continuidade operacional Celgpar. Deste total, R\$470 mil ocorreram no exercício social de 2015, objetivando preservar o fluxo de caixa Celgpar neste período e, por sua vez, cobrir suas despesas operacionais;
- b) R\$100.000 mil, em 29 de dezembro de 2011, ingressante na CELGPAR e aportado posteriormente na Celg (atual Enel), objeto da 1ª tranche do acordo firmado entre a Celgpar, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- c) R\$1.270.111 mil, em 16 de maio de 2012, ingressante na CELGPAR e aportado posteriormente na Celg D (atual Enel), objeto da 2ª tranche do acordo firmado entre a Celgpar, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- d) R\$35.720 mil, em 30 de setembro de 2014, ingressante na Celgpar e aportado posteriormente na Celg D (atual Enel);
- e) -R\$169.539 mil, devolvidos ao Estado de Goiás em 2017, utilizando-se parte dos recursos decorrentes da alienação das ações de propriedade da Celgpar na Celg D (atual Enel).

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes	Não aplicável.
ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras	Não aplicável.
iii. grau de subordinação entre as dívidas	Não aplicável.
iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário	Não aplicável.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017

A tabela a seguir demonstra a evolução do endividamento consolidado nas respectivas datas:

	CONSOLIDADO			
	31/12/2017	AV%	AH%	31/12/2016
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	7.012	0,24%	12,93%	6.209
Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.504	0,05%	19,94%	1.254
Tributos e Contribuições Sociais	8.461	0,29%	-97,13%	295.310
Empréstimos e Financiamentos	2.915	0,10%	-16,26%	3.481
Obrigações Estimadas	3.413	0,12%	20,64%	2.829
Encargos Setoriais	2.512	0,08%	15,76%	2.170
Outros Credores	396	0,01%	-14,47%	463
	26.213	0,88%	-91,59%	311.716
NÃO CIRCULANTE				
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	1.252.877	42,22%	-11,92%	1.422.416
Empréstimos e Financiamentos	2.125	0,07%	-56,26%	4.858
Encargos Setoriais	2.851	0,10%	23,10%	2.316
Transações com Partes Relacionadas	1.533.588	51,68%	-28,93%	2.157.875
Provisões com Benefícios Pós-Emprego	1.055	0,04%	61,56%	653
Provisões para Contingências	7.857	0,26%	37,91%	5.697
Outros Credores	141.175	4,76%	18,66%	118.975
	2.941.528	99,12%	-20,77%	3.712.790
	2.967.741	100,00%	-26,26%	4.024.506

Com relação às obrigações circulantes, a maior concentração se refere à Provisão para pagamento de tributos e contribuições sociais, no montante de R\$8.461 mil.

Com relação às obrigações não circulantes, observa-se que a maior concentração se refere ao montante da assunção de dívida efetuada pelo Estado, em relação à operação pregressa com a Caixa Econômica Federal, no total de R\$1.533.588 mil; e aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, efetuados pelo Estado de Goiás, totalizando R\$ 1.252.877.416 mil, correspondentes aos seguintes itens:

- f) R\$16.585 mil em datas distintas desde 30.06.2009, que objetivaram ofertar a continuidade operacional Celgpar. Deste total, R\$470 mil ocorreram no exercício social de 2015, objetivando preservar o fluxo de caixa Celgpar neste período e, por sua vez, cobrir suas despesas operacionais;
- g) R\$100.000 mil, em 29 de dezembro de 2011, ingressante na CELGPAR e aportado posteriormente na Celg objeto da 1ª tranche do acordo firmado entre a Celgpar, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- h) R\$1.270.111 mil, em 16 de maio de 2012, ingressante na CELGPAR e aportado posteriormente na Celg D, objeto da 2ª tranche do acordo firmado entre a Celgpar, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- i) R\$35.720 mil, em 30 de setembro de 2014, ingressante na Celgpar e aportado posteriormente na Celg D;
- j) -R\$169.539 mil, devolvidos ao Estado de Goiás em 2017, utilizando-se parte dos recursos decorrentes alienação das ações de propriedade da Celgpar na Celg D.

v. contratos de empréstimo e financiamento relevantes	Não aplicável.
vi. outras relações de longo prazo com instituições financeiras	Não aplicável.
vii. grau de subordinação entre as dívidas	Não aplicável.
viii. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário	Não aplicável.

i. limites de utilização dos financiamentos já contratados

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2019

Os financiamentos contratados já foram totalmente desembolsados nos exercícios sociais encerrados em 31.12.2019, 31.12.2018 e 31.12.2017.

ii. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2019

Alterações nas contas patrimoniais:

	CONTROLADORA								
	2019	AH%	AV%	2018	AH%	AV%	2017	AH%	AV%
	REAPRESENTADO			REAPRESENTADO			REAPRESENTADO		
ATIVO									
Circulante	32.163	10,14%	2,85%	29.201	-11,88%	2,75%	33.139	100,00%	3,28%
Não Circulante	1.095.933	6,26%	97,15%	1.031.404	5,45%	97,25%	978.099	100,00%	96,72%
Realizável a Longo Prazo	99.850	-11,23%	8,85%	112.488	-9,91%	10,61%	124.860	0,00%	12,35%
Investimentos	996.051	8,40%	88,29%	918.880	7,70%	86,64%	853.197	100,00%	84,37%
Imobilizado	32	-11,11%	0,003%	36	-14,29%	0,00%	42	100,00%	0,0042%
TOTAL DO ATIVO	1.128.096	6,36%	100,00%	1.060.605	4,88%	100,00%	1.011.238	100,00%	100,00%
PASSIVO									
Circulante	720	48,15%	0,06%	486	-76,43%	0,05%	2.062	100,00%	0,20%
Não Circulante	2.787.334	0,03%	247,08%	2.786.613	-0,01%	262,74%	2.786.758	100,00%	275,58%
Patrimônio Líquido	(1.659.958)	-3,85%	-147,15%	(1.726.494)	-2,87%	-162,78%	(1.777.582)	100,00%	-175,78%
Capital Realizado	973.764	0,00%	86,32%	973.764	0,00%	91,81%	973.764	100,00%	96,29%
Prejuízos Acumulados	(2.616.537)	-2,68%	-231,94%	(2.688.459)	-1,85%	-253,48%	(2.739.223)	100,00%	-270,88%
Outros Resultados Abrangentes	(17.185)	45,65%	-1,52%	(11.799)	-2,67%	-1,11%	(12.123)	100,00%	-1,20%
TOTAL DO PASSIVO	1.128.096	6,36%	100,00%	1.060.605	4,88%	100,00%	1.011.238	100,00%	100,00%
CONSOLIDADO									
	2019	AH%	AV%	2018	AH%	AV%	2017	AH%	AV%
ATIVO									
Circulante	426.373	23,78%	29,80%	344.448	59,40%	26,01%	216.084	100,00%	18,16%
Não Circulante	1.004.481	2,54%	70,20%	979.621	0,57%	73,99%	974.075	100,00%	81,84%
Realizável a Longo Prazo	804.633	-0,30%	56,23%	807.061	1,05%	60,95%	798.643	100,00%	67,10%
Investimentos	184.411	17,81%	12,89%	156.538	-0,70%	11,82%	157.639	100,00%	13,25%
Imobilizado	7.716	-12,50%	0,54%	8.818	-17,48%	0,67%	10.686	100,00%	0,90%
Intangível	7.721	7,18%	0,54%	7.204	1,36%	0,54%	7.107	100,00%	0,60%
TOTAL DO ATIVO	1.430.854	8,06%	100,00%	1.324.069	11,25%	100,00%	1.190.159	100,00%	100,00%
PASSIVO									
Circulante	50.071	-0,80%	3,50%	50.477	92,56%	3,81%	26.213	100,00%	2,20%
Não Circulante	3.040.741	1,36%	212,51%	3.000.086	1,99%	226,58%	2.941.528	100,00%	247,15%
Patrimônio Líquido	(1.659.958)	-3,85%	-116,01%	(1.726.494)	-2,87%	-130,39%	(1.777.582)	100,00%	-149,36%
Capital Realizado	973.764	0,00%	68,05%	973.764	0,00%	73,54%	973.764	100,00%	81,82%
Prejuízos acumulados	(2.616.537)	-2,68%	-182,87%	(2.688.459)	-1,85%	-203,05%	(2.739.223)	100,00%	-230,16%
Outros Resultados Abrangentes	(17.185)	45,65%	-1,20%	(11.799)	-2,67%	-0,89%	(12.123)	100,00%	-1,02%
TOTAL DO PASSIVO	1.430.854	8,06%	100,00%	1.324.069	11,25%	100,00%	1.190.159	100,00%	100,00%
ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO DO ANEXO 24= (PC + PNC)/PL:				2,86198205					
PC + PNC=				3.090.812,00					
PL - PARTICIPACIONISTAS NÃO CONTROLADORES=				(1.659.958)					

Alterações nas contas de resultado:

	CONTROLADORA								
	2019	AH%	AV%	2018	AH%	AV%	2017	AH%	AV%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
(-)Custos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
(-)Despesas Operacionais	(6.335)	4,52%	-8,81%	(6.061)	41,28%	-9,70%	(4.290)	100,00%	-3,44%
Receitas Financeiras	8.049	-8,91%	11,19%	8.836	-86,84%	14,14%	67.128	100,00%	-53,802%
Despesas Financeiras	(298)	-53,29%	-0,41%	(638)	-91,60%	-1,02%	(7.595)	100,00%	-6,087%
Resultado Financeiro	7.751	5,45%	10,78%	8.198	-86,23%	13,12%	59.533	100,00%	47,715%
(+ -)Resultado de Equivalência Patrimonial	71.097	21,44%	98,85%	58.544	-33,63%	93,66%	88.209	100,00%	-70,70%
RESULTADO OPERACIONAL	72.513	19,50%	100,82%	60.681	-57,70%	97,08%	143.452	100,00%	114,97%
OUTRAS RECEITAS	-	-100,00%	0,00%	4.135	6791,67%	6,62%	60	100,00%	0,05%
OUTRAS DESPESAS	-	0,00%	0,00%	-	-100,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
OUTROS RESULTADOS	-	-100,00%	0,00%	4.135	-6991,67%	6,62%	60	100,00%	0,05%
LUCRO ANTES DA CSLL E IMPOSTO DE RENDA	72.513	11,88%	100,82%	64.816	-145,16%	103,70%	143.512	100,00%	115,02%
Imposto de Renda	(430)	-74,616%	-0,60%	(1.694)	100,00%	-2,71%	(13.776)	100,00%	-11,041%
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	(161)	-73,864%	-0,22%	(616)	100,00%	-0,99%	(4.968)	100,00%	-3,982%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	71.922	15,06%	100,00%	62.506	-150,10%	100,00%	124.768	100,00%	100,00%
LUCRO por Lote de Mil Ações - R\$ 1,00	2,19	15,06%		1,91	-150,10%		3,81	100,00%	

	CONSOLIDADO								
	2019	AH%	AV%	2018	AH%	AV%	2017	AH%	AV%
Receita Operacional	254.131	7,61%	-	236.157	-13,13%	-	271.855	100,00%	-
(-)Deduções à Receita Operacional	(44.657)	32,99%	-	(33.580)	49,02%	-	(22.534)	100,00%	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	209.474	3,40%	100,00%	202.577	-18,75%	100,00%	249.321	100,00%	100,00%
(-)Custos	(98.734)	1,02%	-47,13%	(97.735)	-20,29%	-48,25%	(122.615)	100,00%	-49,18%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	110.740	5,63%	52,87%	104.842	-17,26%	51,75%	126.706	100,00%	50,82%
(-)Despesas Operacionais	(41.467)	-6,57%	-19,80%	(44.383)	23,37%	-21,91%	(35.975)	100,00%	-14,43%
Receitas Financeiras	15.975	40,08%	7,63%	11.404	-83,77%	5,63%	70.270	100,00%	28,18%
Despesas Financeiras	(7.388)	166,91%	-3,53%	(2.768)	-70,49%	-1,37%	(9.380)	100,00%	-3,76%
Resultado Financeiro	8.587	0,57%	4,10%	8.636	-85,82%	4,26%	60.890	100,00%	24,42%
(+ -)Resultado de Equivalência Patrimonial	7.942	-42,59%	3,79%	13.833	-38,56%	6,83%	22.514	100,00%	9,03%
RESULTADO OPERACIONAL	85.802	3,47%	40,96%	82.928	-52,38%	40,94%	174.135	100,00%	69,84%
OUTRAS RECEITAS	19.106	279,01%	9,12%	5.041	452,14%	2,49%	913	100,00%	0,37%
OUTRAS DESPESAS	-	#DIV/0!	0,00%	-	#DIV/0!	0,00%	-	100,00%	0,00%
OUTROS RESULTADOS	19.106	279,01%	9,12%	5.041	-452,14%	2,49%	913	100,00%	0,37%
LUCRO ANTES DA CSLL E IMPOSTO DE RENDA	104.908	19,26%	50,08%	87.969	49,75%	43,42%	175.048	100,00%	70,21%
Imposto de Renda	(24.241)	29,55%	-11,57%	(18.712)	-49,40%	-9,24%	(36.983)	100,00%	-14,83%
Contribuição Social s/Lucro Líquido	(8.745)	29,54%	-4,17%	(6.751)	-49,23%	-3,33%	(13.297)	100,00%	-5,33%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	71.922	15,06%	34,33%	62.506	49,90%	30,86%	124.768	100,00%	50,04%
LUCRO por Lote de Mil Ações - R\$ 1,00	2,19	15,06%		1,91	49,90%		3,81	100,00%	
EBITDA			-100,00%	61.664	33,10%		92.168	100,00%	

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018**COMPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017.****Principais Alterações nas Contas de Resultado:**

	CONTROLADORA								
	2018	AH%	AV%	2017	AH%	AV%	2016	AH%	AV%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
(-)Custos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
(-)Despesas Operacionais	(6.061)	41,28%	-9,70%	(4.290)	61,34%	-3,44%	(2.659)	100,00%	-0,18%
Receitas Financeiras	8.836	-86,84%	14,14%	67.128	673,45%	53,80%	8.679	100,00%	-0,601%
Despesas Financeiras	(638)	-91,60%	-1,02%	(7.595)	-90,95%	-6,09%	(83.895)	100,00%	-5,810%
Resultado Financeiro	8.198	86,23%	13,12%	59.533	-179,15%	47,71%	(75.216)	100,00%	-5,209%
(+ -)Resultado de Equivalência Patrimonial	58.544	-33,63%	93,66%	88.209	-74,79%	70,70%	349.963	100,00%	-24,24%
RESULTADO OPERACIONAL	60.681	-57,70%	97,08%	143.452	-47,28%	114,97%	272.088	100,00%	18,84%
OUTRAS RECEITAS	4.135	6791,667%	6,62%	60	-100,00%	0,05%	1.464.699	100,00%	101,43%
OUTRAS DESPESAS	-	0,00%	0,00%	-	-100,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
OUTROS RESULTADOS	4.135	6791,667%	6,62%	60	-100,00%	0,05%	1.464.699	100,00%	101,43%
LUCRO ANTES DA CSLL E IMPOSTO DE RENDA	64.816	-54,84%	103,70%	143.512	-108,26%	115,02%	1.736.787	100,00%	120,27%
Imposto de Renda	(1.694)	-87,703%	-2,71%	(13.776)	100,00%	-11,04%	(215.264)	100,00%	-14,907%
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	(616)	-87,601%	-0,99%	(4.968)	100,00%	-3,98%	(77.497)	100,00%	-5,367%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	62.506	-49,90%	100,00%	124.768	-108,64%	100,00%	1.444.026	100,00%	100,00%
LUCRO por Lote de Mil Ações - R\$ 1,00	1,91	-49,90%		3,81	-108,64%		44,06	100,00%	

	CONSOLIDADO								
	2018	AH%	AV%	2017	AH%	AV%	2016	AH%	AV%
Receita Operacional	236.157	-13,13%	-	271.855	-41,63%	-	465.754	100,00%	-
(-)Deduções à Receita Operacional	(33.580)	49,02%	-	(22.534)	-6,69%	-	(24.149)	100,00%	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	202.577	-18,75%	100,00%	249.321	-43,54%	100,00%	441.605	100,00%	100,00%
(-)Custos	(97.735)	-20,29%	-48,25%	(122.615)	91,59%	-49,18%	(64.000)	100,00%	-14,49%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	104.842	-17,26%	51,75%	126.706	-66,44%	50,82%	377.605	100,00%	85,51%
(-)Despesas Operacionais	(44.383)	23,37%	-21,91%	(35.975)	11,45%	-14,43%	(32.280)	100,00%	-7,31%
Receitas Financeiras	11.404	-83,77%	5,63%	70.270	235,15%	28,18%	20.967	100,00%	4,75%
Despesas Financeiras	(2.768)	-70,49%	-1,37%	(9.380)	-89,07%	-3,76%	(85.807)	100,00%	-19,43%
Resultado Financeiro	8.636	85,82%	4,26%	60.890	-193,91%	24,42%	(64.840)	100,00%	-14,68%
(+ -)Resultado de Equivalência Patrimonial	13.833	-38,56%	6,83%	22.514	-81,05%	9,03%	118.784	100,00%	26,90%
RESULTADO OPERACIONAL	82.928	-52,38%	40,94%	174.135	-56,39%	69,84%	399.269	100,00%	90,41%
OUTRAS RECEITAS	5.041	452,14%	2,49%	913	-99,94%	0,37%	1.464.699	100,00%	331,68%
OUTRAS DESPESAS	-	#DIV/0!	0,00%	-	-100,00%	0,00%	(8.124)	100,00%	-1,84%
OUTROS RESULTADOS	5.041	452,14%	2,49%	913	99,94%	0,37%	1.456.575	100,00%	329,84%
LUCRO ANTES DA CSLL E IMPOSTO DE RENDA	87.969	-49,75%	43,42%	175.048	90,57%	70,21%	1.855.844	100,00%	420,25%
Imposto de Renda	(18.712)	-49,40%	-9,24%	(36.983)	-87,79%	-14,83%	(302.781)	100,00%	-68,56%
Contribuição Social s/Lucro Líquido	(6.751)	-49,23%	-3,33%	(13.297)	-87,81%	-5,33%	(109.037)	100,00%	-24,69%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	62.506	-49,90%	30,86%	124.768	91,36%	50,04%	1.444.026	100,00%	326,99%
LUCRO por Lote de Mil Ações - R\$ 1,00	1,91	-49,90%		3,81	91,36%		44,06	100,00%	
EBITDA	61.664	-33,10%		92.168	73,47%		347.429	100,00%	

As principais alterações ocorridas nas contas do resultado consolidado se referem a:

- Aumento na receita operacional vinculada à recomposição da RAP da Concessão de Transmissão e excluído o efeito atípico da indenização dos ativos de transmissão da RBSE/RPC, ocorrida em 2016 e 2017;
- Manutenção do lucro operacional bruto em patamares suficientes para a cobertura das despesas operacionais;
- Aumento das despesas operacionais.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais:

CONTROLADORA									
	2018	AH%	AV%	2017	AH%	AV%	2016	AH%	AV%
	REAPRESENTADO								
ATIVO									
Circulante	29.201	-11,88%	2,72%	33.139	-97,16%	3,28%	1.167.315	100,00%	59,16%
Não Circulante	1.043.146	6,65%	97,28%	978.099	21,36%	96,72%	805.944	100,00%	40,84%
Realizável a Longo Prazo	112.488	-9,91%	10,49%	124.860	-2,39%	12,35%	127.920	0,00%	6,48%
Investimentos	930.622	9,07%	86,78%	853.197	25,84%	84,37%	678.020	100,00%	34,36%
Imobilizado	36	-14,29%	0,003%	42	950,00%	0,00%	4	100,00%	0,0002%
TOTAL DO ATIVO	1.072.347	6,04%	100,00%	1.011.238	-48,75%	100,00%	1.973.259	100,00%	100,00%
PASSIVO									
Circulante	486	-76,43%	0,05%	2.062	-99,30%	0,20%	293.081	100,00%	14,85%
Não Circulante	2.786.613	-0,01%	259,86%	2.786.758	-22,18%	275,58%	3.580.804	100,00%	181,47%
Patrimônio Líquido	(1.714.752)	-3,53%	-159,91%	(1.777.582)	-6,47%	-175,78%	(1.900.626)	100,00%	-96,32%
Capital Realizado	973.764	0,00%	90,81%	973.764	0,00%	96,29%	973.764	100,00%	49,35%
Prejuízos Acumulados	(2.676.717)	-2,28%	-249,61%	(2.739.223)	-4,31%	-270,88%	(2.862.669)	100,00%	-145,07%
Outros Resultados Abrangentes	(11.799)	-2,67%	-1,10%	(12.123)	3,43%	-1,20%	(11.721)	100,00%	-0,59%
TOTAL DO PASSIVO	1.072.347	6,04%	100,00%	1.011.238	-48,75%	100,00%	1.973.259	100,00%	100,00%
CONSOLIDADO									
	2018	AH%	AV%	2017	AH%	AV%	2016	AH%	AV%
	REAPRESENTADO								
ATIVO									
Circulante	344.448	59,40%	25,79%	216.084	-83,18%	18,16%	1.284.606	100,00%	60,48%
Não Circulante	991.363	1,77%	74,21%	974.075	16,06%	81,84%	839.274	100,00%	39,52%
Realizável a Longo Prazo	807.061	1,05%	60,42%	798.643	15,37%	67,10%	692.269	100,00%	32,59%
Investimentos	168.280	6,75%	12,60%	157.639	16,58%	13,25%	135.225	100,00%	6,37%
Imobilizado	8.818	-17,48%	0,66%	10.686	-5,83%	0,90%	11.348	100,00%	0,53%
Intangível	7.204	1,36%	0,54%	7.107	1545,14%	0,60%	432	100,00%	0,02%
TOTAL DO ATIVO	1.335.811	12,24%	100,00%	1.190.159	-43,96%	100,00%	2.123.880	100,00%	100,00%
PASSIVO									
Circulante	50.477	92,56%	3,78%	26.213	-91,59%	2,20%	311.716	100,00%	14,68%
Não Circulante	3.000.086	1,99%	224,59%	2.941.528	-20,77%	247,15%	3.712.790	100,00%	174,81%
Patrimônio Líquido	(1.714.752)	-3,53%	-128,37%	(1.777.582)	-6,47%	-149,36%	(1.900.626)	100,00%	-89,49%
Capital Realizado	973.764	0,00%	72,90%	973.764	0,00%	81,82%	973.764	100,00%	45,85%
Prejuízos acumulados	(2.676.717)	-2,28%	-200,38%	(2.739.223)	-4,31%	-230,16%	(2.862.669)	100,00%	-134,78%
Outros Resultados Abrangentes	(11.799)	-2,67%	-0,88%	(12.123)	3,43%	-1,02%	(11.721)	100,00%	-0,55%
TOTAL DO PASSIVO	1.335.811	12,24%	100,00%	1.190.159	-43,96%	100,00%	2.123.880	100,00%	100,00%

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017**COMPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016.****Principais Alterações nas Contas de Resultado:**

	CONTROLADORA								
	2017	AH%	AV%	2016	AH%	AV%	2015	AH%	AV%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
(-)Custos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
(-)Despesas Operacionais	(4.290)	61,34%	-3,44%	(2.659)	31,24%	-0,18%	(2.026)	100,00%	0,33%
Receitas Financeiras	67.128	673,45%	53,80%	8.679	13,35%	0,60%	7.657	100,00%	1,239%
Despesas Financeiras	(7.595)	-90,95%	-6,09%	(83.895)	-40,93%	-5,81%	(142.033)	100,00%	22,977%
Resultado Financeiro	59.533	179,15%	47,71%	(75.216)	-44,03%	-5,21%	(134.376)	100,00%	21,738%
(+ -)Resultado de Equivalência Patrimonial	88.209	-74,79%	70,70%	349.963	2055,74%	24,24%	16.234	100,00%	2,63%
RESULTADO OPERACIONAL	143.452	-47,28%	114,97%	272.088	-326,42%	18,84%	(120.168)	100,00%	19,44%
OUTRAS RECEITAS	60	-99,996%	0,05%	1.464.699	85056,92%	101,43%	1.720	100,00%	-0,28%
OUTRAS DESPESAS	-	0,00%	0,00%	-	-100,00%	0,00%	(499.716)	100,00%	80,84%
OUTROS RESULTADOS	60	-99,996%	0,05%	1.464.699	194,12%	101,43%	(497.996)	100,00%	80,56%
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA CSSL E IMPOSTO DE RENDA	143.512	-91,74%	115,02%	1.736.787	180,96%	120,27%	(618.164)	100,00%	100,00%
Imposto de Renda	(13.776)	-93,600%	-11,04%	(215.264)	100,00%	-14,91%	-	100,00%	0,000%
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	(4.968)	-93,589%	-3,98%	(77.497)	100,00%	-5,37%	-	100,00%	0,000%
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	124.768	-91,36%	100,00%	1.444.026	133,60%	100,00%	(618.164)	100,00%	100,00%
LUCRO/PREJUÍZO por Lote de Mil Ações - R\$ 1,00	3,81	-91,36%		44,06	133,60%		(18,86)	100,00%	

	CONSOLIDADO								
	2017	AH%	AV%	2016	AH%	AV%	2015	AH%	AV%
Receita Operacional	271.855	-41,63%	-	465.754	576,95%	-	68.802	100,00%	-
(-)Deduções à Receita Operacional	(22.534)	-6,69%	-	(24.149)	32,16%	-	(18.273)	100,00%	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	249.321	-43,54%	100,00%	441.605	773,96%	100,00%	50.529	100,00%	100,00%
(-)Custos	(122.615)	91,59%	-49,18%	(64.000)	62,41%	-14,49%	(39.407)	100,00%	-77,99%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	126.706	-66,44%	50,82%	377.605	3295,12%	85,51%	11.122	100,00%	22,01%
(-)Despesas Operacionais	(35.975)	11,45%	-14,43%	(32.280)	45,41%	-7,31%	(22.199)	100,00%	-43,93%
Receitas Financeiras	70.270	235,15%	28,18%	20.967	-41,66%	4,75%	35.940	100,00%	71,13%
Despesas Financeiras	(9.380)	-89,07%	-3,76%	(85.807)	-40,33%	-19,43%	(143.807)	100,00%	-284,60%
Resultado Financeiro	60.890	193,91%	24,42%	(64.840)	-39,89%	-14,68%	(107.867)	100,00%	-213,48%
(+ -)Resultado de Equivalência Patrimonial	22.514	-81,05%	9,03%	118.784	263864,44%	26,90%	45	100,00%	0,09%
RESULTADO OPERACIONAL	174.135	-56,39%	69,84%	399.269	-435,81%	90,41%	(118.899)	100,00%	-235,31%
OUTRAS RECEITAS	913	-99,94%	0,37%	1.464.699	78604,94%	331,68%	1.861	100,00%	3,68%
OUTRAS DESPESAS	-	-100,00%	0,00%	(8.124)	-98,37%	-1,84%	(499.713)	100,00%	-988,96%
OUTROS RESULTADOS	913	-99,94%	0,37%	1.456.575	392,57%	329,84%	(497.852)	100,00%	-985,28%
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA CSSL E IMP.DE RENDA	175.048	-90,57%	70,21%	1.855.844	400,91%	420,25%	(616.751)	100,00%	-1220,59%
Imposto de Renda	(36.983)	-87,79%	-14,83%	(302.781)	29182,50%	-68,56%	(1.034)	100,00%	-2,05%
Contribuição Social s/Lucro Líquido	(13.297)	-87,81%	-5,33%	(109.037)	28669,66%	-24,69%	(379)	100,00%	-0,75%
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	124.768	-91,36%	50,04%	1.444.026	333,60%	326,99%	(618.164)	100,00%	-1223,38%
LUCRO/PREJUÍZO por Lote de Mil Ações - R\$ 1,00	3,81	-91,36%		44,06	333,60%		(18,86)	100,00%	
EBITDA	92.168	-73,47%		347.429	4559,94%		(7.790)	100,00%	

As principais alterações ocorridas nas contas do resultado consolidado se referem a:

- Aumento na receita operacional vinculada à recomposição da RAP da Concessão de Transmissão e excluído o efeito atípico da indenização dos ativos de transmissão da RBSE/RPC, ocorrida em 2016;
- Manutenção do lucro operacional bruto em patamares suficientes para a cobertura das despesas operacionais;
- Aumento das despesas operacionais;
- Diminuição do resultado financeiro negativo, devido ao incorrimento de receitas financeiras advindas da aplicação dos recursos da alienação da participação societária na Celg D.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais:

CONTROLADORA									
	2017	AH%	AV%	2016	AH%	AV%	2015	AH%	AV%
	REAPRESENTADO								
ATIVO									
Circulante	33.139	-97,16%	3,27%	1.167.315	68243,97%	59,16%	1.708	100,00%	0,28%
Não Circulante	979.421	21,52%	96,73%	805.944	30,30%	40,84%	618.543	100,00%	99,72%
Realizável a Longo Prazo	124.860	-2,39%	12,33%	127.920	-44,36%	6,48%	229.898	0,00%	37,07%
Investimentos	854.519	26,03%	84,39%	678.020	74,46%	34,36%	388.639	100,00%	62,66%
Imobilizado	42	950,00%	0,004%	4	-33,33%	0,00%	6	100,00%	0,0010%
TOTAL DO ATIVO	1.012.560	-48,69%	100,00%	1.973.259	218,14%	100,00%	620.251	100,00%	100,00%
PASSIVO									
Circulante	2.062	-99,30%	0,20%	293.081	-37,37%	14,85%	467.941	100,00%	75,44%
Não Circulante	2.786.758	-22,18%	275,22%	3.580.804	2,40%	181,47%	3.496.793	100,00%	563,77%
Patrimônio Líquido	(1.776.260)	-6,54%	-175,42%	(1.900.626)	-43,17%	-96,32%	(3.344.483)	100,00%	-539,21%
Capital Realizado	973.764	0,00%	96,17%	973.764	0,00%	49,35%	973.764	100,00%	157,00%
Prejuízos Acumulados	(2.737.901)	-4,36%	-270,39%	(2.862.669)	-33,53%	-145,07%	(4.306.695)	100,00%	-694,35%
Outros Resultados Abrangentes	(12.123)	3,43%	-1,20%	(11.721)	1,46%	-0,59%	(11.552)	100,00%	-1,86%
TOTAL DO PASSIVO	1.012.560	-48,69%	100,00%	1.973.259	218,14%	100,00%	620.251	100,00%	100,00%
CONSOLIDADO									
	2017	AH%	AV%	2016	AH%	AV%	2015	AH%	AV%
	REAPRESENTADO								
ATIVO									
Circulante	216.084	-83,18%	18,14%	1.284.606	521,09%	60,48%	206.831	100,00%	32,02%
Não Circulante	975.397	16,22%	81,86%	839.274	91,09%	39,52%	439.195	100,00%	67,98%
Realizável a Longo Prazo	798.643	15,37%	67,03%	692.269	114,10%	32,59%	323.345	100,00%	50,05%
Investimentos	158.961	17,55%	13,34%	135.225	28,06%	6,37%	105.596	100,00%	16,35%
Imobilizado	10.686	-5,83%	0,90%	11.348	23,17%	0,53%	9.213	100,00%	1,43%
Intangível	7.107	1545,14%	0,60%	432	-58,50%	0,02%	1.041	100,00%	0,16%
TOTAL DO ATIVO	1.191.481	-43,90%	100,00%	2.123.880	228,76%	100,00%	646.026	100,00%	100,00%
PASSIVO									
Circulante	26.213	-91,59%	2,20%	311.716	-35,37%	14,68%	482.275	100,00%	74,65%
Não Circulante	2.941.528	-20,77%	246,88%	3.712.790	5,83%	174,81%	3.508.234	100,00%	543,05%
Patrimônio Líquido	(1.776.260)	-6,54%	-149,08%	(1.900.626)	-43,17%	-89,49%	(3.344.483)	100,00%	-517,70%
Capital Realizado	973.764	0,00%	81,73%	973.764	0,00%	45,85%	973.764	100,00%	150,73%
Prejuízos acumulados	(2.737.901)	-4,36%	-229,79%	(2.862.669)	-33,53%	-134,78%	(4.306.695)	100,00%	-666,64%
Outros Resultados Abrangentes	(12.123)	3,43%	-1,02%	(11.721)	1,46%	-0,55%	(11.552)	100,00%	-1,79%
TOTAL DO PASSIVO	1.191.481	-43,90%	100,00%	2.123.880	228,76%	100,00%	646.026	100,00%	100,00%

10.2 Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

1. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2019

A Receita Operacional Bruta e Líquida em 2019 corresponde às atividades de Geração e Transmissão de energia elétrica.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018

A Receita Operacional Bruta e Líquida em 2018 corresponde às atividades de Geração e Transmissão de energia elétrica, ainda em fase de consolidação da recomposição dos efeitos oriundos da MP 579/2012.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017

A Receita Operacional Bruta e Líquida em 2017 corresponde às atividades de Geração e Transmissão de energia elétrica, em fase de consolidação da recomposição dos efeitos oriundos da MP 579/2012.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016

A Receita Operacional Bruta e Líquida em 2016 corresponde às atividades de Geração e Transmissão de energia elétrica, em fase de recomposição desde os efeitos oriundos da MP 579/2012. Além destas o principal componente se referente ao reconhecimento da receita da indenização dos ativos de transmissão da RBSE/RPC, efetuado pela Controlada Celg GT, decorrente de laudo de avaliação patrimonial destes ativos da concessão.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015

A Receita Operacional Bruta e Líquida em 2015 corresponde às atividades de Geração e Transmissão de energia elétrica, em fase de recomposição desde os efeitos oriundos da MP 579/2012.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2014

A Receita Operacional Bruta e Líquida em 2014 corresponde às atividades de Geração e Transmissão de energia elétrica. Em 2014, as Outras Receitas se referem principalmente ao Ágio apurado na alienação de 51% das ações ordinárias da Coligada Celg D. Quanto ao Resultado Financeiro, se refere principalmente aos efeitos oriundos da Indenização dos Ativos de Transmissão alocados após 31.05.2000 na Controlada Celg GT, objeto dos reflexos da MP 579/2012.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2013 e 2012

Efetuamos a reapresentação da Demonstração do Resultado do Exercício de 2011, comparativamente ao Exercício de 2012, consolidando apenas as receitas da Controlada Celg GT, em decorrência da Subsidiária Celg D encontrar-se sobre o controle da Eletrobras desde o dia 24 de abril de 2012, decorrente do acordo de acionistas e assunção da mesma à condição de Controladora das deliberações sociais desta Subsidiária. Desta forma, as receitas consolidadas em 2011 na posição reapresentada correspondem às atividades de geração e transmissão de Energia elétrica. A posição reapresentada de 2012 se refere à não adoção da Consolidação proporcional pela Controlada Celg GT em relação à sua participação na Energética Corumbá III. Em 2013, tanto as Outras Receitas, quanto o Resultado Financeiro se referem aos efeitos oriundos da Indenização dos Ativos de Transmissão alocados após 31.05.2000 na Controlada Celg GT, objeto dos reflexos da MP 579/2012.

2. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2019

Os principais fatores que afetaram os resultados operacionais foram os seguintes: a) aumento da Receita Anual Permitida – RAP das atividades de Transmissão; b) aumento das receitas/custos de construção dos ativos de transmissão, vinculados ao incremento da curva de investimentos da Controlada Celg GT no exercício de 2019; e c) diminuição nas despesas gerais e administrativas, principalmente com pessoal e serviços de terceiros.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018

Os principais fatores que afetaram os resultados operacionais foram os seguintes: a) aumento da Receita Anual Permitida – RAP das atividades de Transmissão; b) aumento significativo das receitas/custos de construção dos ativos de transmissão, vinculados ao incremento da curva de investimentos da Controlada Celg GT no exercício de 2018; e c) aumento nas despesas gerais e administrativas, principalmente com pessoal e serviços de terceiros.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017

Os principais fatores que afetaram os resultados operacionais foram os seguintes: a) aumento da Receita Anual Permitida – RAP das atividades de Transmissão; b) aumento significativo das receitas/custos de construção dos ativos de transmissão, vinculados ao incremento da curva de investimentos da Controlada Celg GT no exercício de 2017; e c) aumento nas despesas gerais e administrativas, principalmente com pessoal e serviços de terceiros.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016

Os principais fatores que afetaram os resultados operacionais foram os seguintes: a) aumento da Receita Anual Permitida – RAP das atividades de Transmissão; b) aumento nas despesas gerais e administrativas, principalmente com pessoal e serviços de terceiros; c) diminuição nos encargos com dívidas, decorrente da assunção de dívida efetuado pelo Estado, acerca do empréstimo no valor de R\$1,9 bilhão efetuado em setembro/2014; e d) reconhecimento pontual da receita com a indenização dos ativos de transmissão da RBSE/RPC.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015

Os principais fatores que afetaram os resultados operacionais foram os seguintes: a) aumento da Receita Anual Permitida – RAP das atividades de Transmissão; b) aumento nas despesas gerais e administrativas, principalmente com pessoal e serviços de terceiros; e c) aumento nos encargos com dívidas, decorrente da imputação dos juros sobre o empréstimo no valor de R\$1,9 bilhão efetuado em setembro/2014.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2014

Os principais fatores que afetaram os resultados operacionais foram os seguintes: a) aumento nas despesas gerais e administrativas, principalmente com pessoal e serviços de terceiros; e b) aumento nos encargos com dívidas, decorrente da imputação dos juros sobre o empréstimo no valor de R\$1,9 bilhão efetuado em setembro/2014.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2013 e 2012

A Administração da Celgpar efetuou as intervenções cabíveis no exercício de 2013, por conta dos impactos advindos da Medida Provisória nº. 579/2012 relacionadas às atividades de geração e transmissão de energia elétrica e, por sua vez, de forma conjunta à Administração da Celg D no que concerne às atividades de distribuição de energia elétrica.

<p>b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços</p> <p><u>EXERCÍCIO SOCIAL DE 2019, 2018 e 2017</u></p> <p>Não aplicável para os itens concernentes a taxas de câmbio e introdução de novos produtos e serviços. No que concerne às variações de receitas vinculadas à alterações de volumes e inflação, as receitas da Controlada acompanham estas variações à medida da incorporação de novas Receitas Anuais Permitidas (novos investimentos e reforços de sistema), para as atividades de geração e transmissão.</p>	
<p>c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor</p> <p><u>EXERCÍCIOS SOCIAIS DE 2019, 2018 e 2017</u></p> <p>Os principais fatores e condições que afetam a receita e resultados operacionais são analisados a seguir:</p> <p>Inflação</p> <p>A situação financeira e o resultado das operações da Controlada Celg GT são afetados pela inflação, uma vez que as receitas, apesar de não serem diretamente indexadas a índices de inflação (IGPM e IPCA), tem a tendência a serem atreladas à variação destes índices, assim como os custos operacionais. Aumentos nas taxas de inflação afetam o mercado de comercialização de energia elétrica, na medida em que reduzem a atividade econômica, o consumo e o investimento.</p> <p>Concerne à Controlada Celg GT, as receitas operacionais estão atreladas diretamente ao nível de investimentos em reforços e ampliações da Rede Básica, que alçaram níveis bastantes significativos no exercício social de 2019.</p>	
<p>Taxa de Câmbio</p> <p>Possibilidade de a Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. Não há pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra tal risco. A Celg GT não possui instrumentos financeiros em moeda estrangeira.</p> <p>Taxa de Juros</p> <p>Com relação à Celgpar, observa-se que o maior montante de sua dívida com terceiros concentrava-se em operação de crédito interno, à taxa anual pré-fixada de 6,5%, não indexada (ver item 10.1.f). Com relação à Controlada Celg GT, observou-se no ano de 2015 os efeitos da troca de sua dívida mais onerosa, vinculada anteriormente a instrumento financeiro com a Celg D, por dívida não onerosa com a Celgpar, visto a Controladora ter efetuado o pagamento desta dívida para com a Celg D, passando a ser, por sua vez, credora da Celg GT. Esta operação, para a Celg GT, diminuiu o montante de juros indexados pelo IGPM + 12% a.a., para instrumento financeiro não oneroso, que foi capitalizado pela Celgpar em 2016.</p>	
<p>10.3 Comentários dos diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo causaram ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:</p>	
<p>a. introdução ou alienação de segmento operacional</p> <p>A Companhia e sua Controlada não sofreram quaisquer alterações nas atividades operacionais nos três últimos exercícios sociais.</p>	
<p>b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária</p>	

Abaixo apresenta-se, objetivando a manutenção do histórico da evolução da Celgpar, a descrição da última operação de alienação de participação societária efetuada pela Companhia, ocorrida no exercício social anterior a 2018:

A Lei 12.688, de 18 de julho de 2012, objeto da conversão da Medida Provisória n.º 559, de 2 de março de 2012, autorizou a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras adquirir participação societária da Celg Distribuição S.A. – Celg D de no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias com direito a voto.

Em 26 de agosto de 2014 foi assinada a Promessa de Compra e Venda de Ações entre as partes envolvidas (Estado de Goiás, Celgpar, Celg D e Eletrobras), tendo sido aprovado, posteriormente, no âmbito das Assembleias Gerais de Acionistas da Celgpar e da Eletrobras, a aquisição, pela Eletrobras, de até 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias de emissão da Celg D, fatos estes devidamente comunicados ao Mercado. Este processo de aquisição, incluindo todos os prazos legais para o exercício de direito de preferência, pelos acionistas da Celgpar, sob as ações da Celg D, foi cumprido e encerrado no dia 24 de novembro de 2014. Neste sentido, a Eletrobras adquiriu 76.761.267 (setenta e seis milhões, setecentas e sessenta e uma mil, duzentas e sessenta e sete) ações ordinárias da Celg D, correspondente a 50,93% (cinquenta inteiros, e noventa e três centésimos por cento) do capital social, sendo que o pagamento por esta aquisição se concretizou no dia 27 de janeiro de 2015. Os demais acionistas da Celgpar, no exercício de direito de preferência, adquiriram o restante das ações ordinárias da Celg D.

Ainda com relação à Celg D ocorreu, em maio de 2015, e por determinação da União, a inclusão desta no Programa Nacional de Desestatização – PND, sendo que as tratativas da desestatização culminaram com a realização do leilão das ações em 30 de novembro de 2016, sob a coordenação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. A Celgpar possuía cláusula de pacto de venda conjunta da sua participação acionária na Celg D e, por decisão de seus acionistas decidiu alienar conjuntamente à Eletrobras a totalidade de suas ações ordinárias, processo este que teve a sua liquidação financeira em 14 de fevereiro de 2017, passando o controle da Celg D à empresa Enel Brasil S.A.

c. eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais que foram refletidas nas demonstrações financeiras nos três últimos exercícios sociais.

10.4 Comentários dos diretores sobre:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Não ocorreram quaisquer mudanças significativas nas práticas contábeis no exercício social de 2019.

Assevera-se que a Instrução CVM nº. 457, de 13 de julho de 2007, estipulou em seu art. 1º a obrigatoriedade, por parte das Companhias Abertas, da apresentação a partir do exercício social findo em 2010 das Demonstrações Contábeis Consolidadas adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”). A referida Instrução foi alterada pela Instrução CVM nº. 485, de 1º de setembro de 2010, que obrigaram as Companhias Abertas a elaborarem suas Demonstrações Contábeis Consolidadas com base nos pronunciamentos contábeis do CPC que se encontram, comparativamente aos exercícios sociais de 2018 e 2017, consoantes ao padrão contábil internacional.

Em relação às alterações vinculadas ao processo de convergência ao IFRS, as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Celgpar estão em conformidade com o padrão internacional de contabilidade estipulado pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Ver item 10.4.a.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

ÊNFASE**Passivo a descoberto**

De acordo com a nota explicativa no 35.c e conforme mencionado na nota explicativa n° 23, a administração da CELGPAR, com vistas ao saneamento da situação de Passivo a Descoberto da Companhia no montante de R\$ (1.659.958) mil, efetuou, mediante a fixação das condições de aumento de capital em Assembleia Geral de Acionistas ocorrida em 03 de dezembro de 2019, o delineamento das condições para que o Estado de Goiás capitalize os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados por ele, que totalizaram em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 1.252.877. Adicionalmente, destacamos que o saldo do passivo a descoberto da Companhia totaliza o montante de R\$ 461.875 mil, se houver a integralização do AFAC, as outras medidas cabíveis estarão vinculadas aos resultados futuros da Controlada Celg GT.

Comentários da Administração:

O destaque dado pelos Auditores diz respeito à situação de passivo a descoberto da Celgpar, sendo que a Administração entende que esta situação será solucionada com a homologação do aumento do capital social, em função da capitalização do AFAC e dos créditos que o controlador Estado de Goiás detém consignados junto à Companhia. Conforme divulgado na Nota de Eventos Subsequentes 35.d, a homologação está prevista para ocorrer na 50ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, convocada para o dia 03 de abril de 2020.

ÊNFASE**Surto do Novo Coronavírus (COVID 19)**

De acordo com a nota explicativa 35.e – “A Companhia e sua controlada Celg GT informam que desde o início do surto do novo Coronavírus (COVID-19) no Brasil, mantém acompanhamento próximo e diário dos impactos deste evento em suas operações. Diversas medidas e protocolos vêm sendo adotados pela Companhia no sentido de preservar a integridade, a saúde e a segurança de todos os seus colaboradores, tanto no contexto administrativo como operacional, além de se determinar planos de contingência para a sustentação de suas operações”, conforme detalhado pormenorizadamente naquela nota explicativa.

Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto, considerando também sua exigência pelas circulares 02/2020 e 03/2020 do Ibracon (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil) bem como circular 02/2020 emitida pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Ademais, entendemos que os impactos do surto do COVID-19 serão menores no setor de energia elétrica, considerando sua demanda ininterrupta por todos os usuários (sejam pessoas físicas ou jurídicas).

Comentários da Administração:

A Administração adotou e vem adotando todas as medidas necessárias para a preservação da saúde dos seus colaboradores, e entende que a referida questão é passível de um monitoramento constante, objetivando a continuidade operacional das companhias (Controladora e Controlada Celg GT).

10.5 Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

A administração da Celgpar apresentará abaixo apenas as políticas contábeis críticas adotadas, com a respectiva exposição de motivos pela sua adoção, já que estas, na hipótese de alteração de práticas, poderia a levar a alterações contábeis relevantes.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber da Controlada Celg GT. A administração da Celgpar entende ser os critérios adequados e respectivamente aderentes à legislação societária e fiscal e, por sua vez, aderentes ao previsto pelo regulador do serviço público de energia elétrica. Eventuais descolamentos destas provisões podem acarretar alterações contábeis, porém observa-se a constituição desta provisão com base em critérios sustentáveis por parte da Controlada.

Ativo de Contrato – Bens da Concessão de Transmissão

Os bens utilizados na execução dos serviços de construção, operação e manutenção da concessão de geração (Usina Rochedo) e transmissão de energia elétrica, na controlada Celg GT, estão registrados dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica 01 – ICPC 01 (R1), assim como do CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente).

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

São calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data de elaboração das Demonstrações Financeiras, de imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários relativos a prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças intertemporais são reconhecidos e fundamentados em garantias de sua realização em decorrência de obrigações fiscais diferidas de mesma natureza, lançados no resultado do exercício. Nos próximos exercícios sociais poderão ocorrer as premissas previstas na Instrução CVM nº 371/2002 e, neste sentido, tanto a Celgpar quanto a Controlada podem passar e reconhecer ativo fiscal diferido em quantidade superior às obrigações fiscais de mesma natureza.

Provisão para Contingências

As provisões para contingências são reconhecidas para obrigações presentes legais resultantes de eventos passados, para os quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data das Demonstrações Financeiras, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à obrigação.

Os riscos contingentes, em função da sua natureza, são solucionados apenas quando da ocorrência ou da falta de ocorrência de eventos futuros. A avaliação desses riscos envolve considerações e estimativas significativas relativas ao resultado de eventos futuros, consubstanciados em informações disponibilizadas pelos assessores legais da Celgpar e Controlada. Neste sentido e por conta das orientações da NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as empresas registraram provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

10.6 Comentários dos Diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

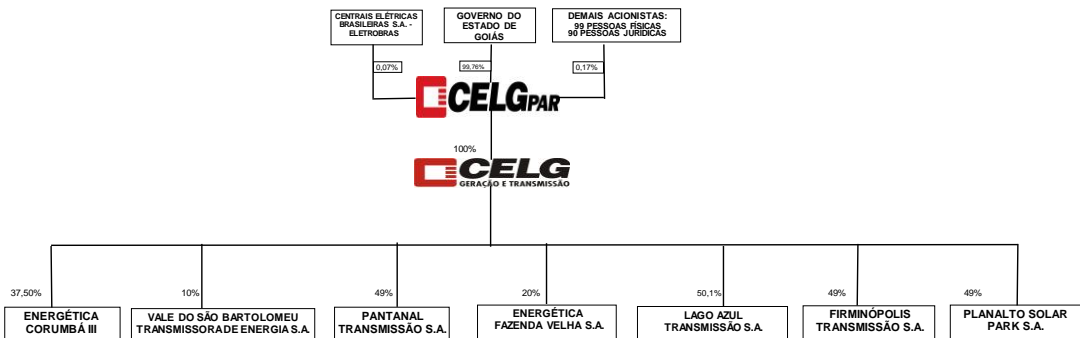
- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia está atenta às novas tecnologias e investe em seus controles a fim de aprimorá-los de maneira contínua.

- b. **deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Não houve deficiências e recomendações no relatório do auditor independente.

<p>10.7 Comentários dos Diretores sobre aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:</p>	
<p>c. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados</p> <p>Não houve ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários de emissão da Companhia.</p>	
<p>d. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição</p> <p>Não aplicável.</p>	
<p>e. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios</p> <p>Não aplicável.</p>	
<p>10.8 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:</p>	
<p>f. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de <u>financiamentos</u>.</p> <p>Não mantemos qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades, cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas com as nossas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos nossos resultados ou em nossa condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas em nossas demonstrações financeiras.</p>	
<p>g. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras</p> <p>Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas.</p>	
<p>10.9 Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:</p>	
<p>h. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor</p> <p>Não aplicável.</p>	

<p>i. natureza e o propósito da operação</p> <p>Não aplicável.</p>	
<p>j. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação</p> <p>Não aplicável.</p>	
<p>10.10 Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia:</p>	
<p>k. investimentos, incluindo:</p>	
<p>i - descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos</p>	
<p><u>Os comentários abaixo se referem à Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. Celg GT:</u></p>	
<p>A Controlada CELG Geração e Transmissão S.A – CELG GT foi criada após a cisão das atividades de Distribuição, Geração e Transmissão, determinada pelo Poder Concedente através da Lei nº. 10.848/2004. A Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Celg de Participações – CELGPARG, sendo a atual composição acionária a seguinte:</p> 	
<p>No encerramento do exercício social de 2019, em decorrência do Contrato de Concessão Corporativo de Transmissão nº 063/2001, a Controlada CELG GT detinha 756 km de Linhas de Transmissão situadas no Estado de Goiás.</p> <p>Além das Linhas de Transmissão, a Controlada CELG GT opera e mantém 12 subestações, as quais possuem atualmente capacidade instalada de 3.208 MVA e um Compensador Estático 500 kV, com capacidade instalada de -150/+300 MVAR.</p> <p>De forma complementar, a Controlada CELG GT possui mais dois Contratos de Concessão Corporativos de Transmissão, de números 003/2015 e 004/2016, referente à Linha de Transmissão 230KV de 11km (LT Itumbiara-Paranaíba), e implantação de Compensador Estático de 300MVA na SE Luziânia, respectivamente.</p> <p>O investimento total realizado pela Controlada CELG GT em 2019 foi de R\$ 64,8 milhões, mantendo um investimento maior em 16% que a média dos últimos 5 anos, na ordem de R\$ 55,9 milhões, conforme divulgado no Relatório Anual da Administração.</p>	

Além dos empreendimentos citados, em 2019 foram modernizadas diversas instalações da Controlada Celg GT, através da substituição/instalação de serviços auxiliares, substituição de painéis de proteção, substituição de seccionadores, adequação da iluminação de pátio e reforma/ampliação de casas de comando.

Também foram investidos mais de R\$ 3,1 milhões em participações, dentre estes, para as SPE Vale do São Bartolomeu (R\$ 1,3 milhões) e Firminópolis Transmissora (R\$ 1,2 milhões). Destaque para a energização do Contrato de Concessão nº 08/2016, referente a Linha de Transmissão (em 230 kV), interligando as Subestações de Trindade e Firminópolis, estado de Goiás.

Em 2020, a Controlada Celg GT pretende investir mais de R\$ 130 milhões, conforme divulgado no Relatório Anual da Administração.

ii - fontes de financiamento dos investimentos

As principais fontes de financiamento, no exercício de 2019, concentraram-se em gerações de caixa a partir das atividades operacionais e de investimento, para as atividades de transmissão e geração de energia elétrica. Foi utilizada em larga escala, pela Controlada Celg GT, os recursos em caixa disponíveis das indenizações dos ativos de transmissão da RBNI, oriundos das implicações da MP 579/2012 e os recursos decorrentes dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital promovidos pela Celgpar, no total de R\$12 milhões.

iii - desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável.

l. aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável.

m. novos produtos e serviços, indicando:

i - descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii - montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii - projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv - montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.11 Comentários dos Diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.